



Escola de turnos, uma perversão à brasileira

Ensino público básico precisa ser de período integral, para atender às necessidades específicas da maioria de sua clientela: crianças oriundas de famílias pobres e sem escolaridade prévia

DARCY RIBEIRO

Há inimigos da educação no Brasil? Aparentemente não. Todos os políticos e governantes estão sempre prontos para elogiar a educação que temos. Contentes com ela, orgulhosos dela. Convincentes de que, com o tempo, acabará dando certo, educando todos os brasileiros.

Tudo mentira! Eles não dão a menor importância à educação. Nada comparável à seriedade dos mandantes das nações que deram certo. Estes de fato se empenharam em educar seu povo como requisito prévio e indispensável para suas sociedades florescerem nas civilizações letradas. Através de um povo apto a receber e a dar informação escrita.

Ultimamente surgiram até uns idiotas alegando que há crianças demais neste país e não há dinheiro para fazer mais escolas. O melhor para eles é desistir de educá-las. Deixá-las a cargo do rádio e da TV, que informam mais que os sistemas educacionais. Nem percebem, os inocentes, que isso seria suicídio. Se à metade dos brasileiros analfabetos se acrescentar na próxima geração outra metade de iletrados, desapareceremos como povo civilizado. Mesmo que apenas mantenhemos nossa metade de gente iletrada o risco já será enorme para a soberania nacional. Algum outro povo virá ocupar o imenso Espaço Brasileiro que não soubermos civilizar. Os brasileiros que escaparem do assalto se converterão numa camada de idiotas servís da nova civilização, tal como o são hoje os analfabetos para a nossa sociedade.

Exagero? Provavelmente sim, tanto o tema me apaixona, mas não será muito. A verdade está mais comigo, conosco que temos apreço pela educação, do que com os que a detestam, mas escondem isso sob todos os disfarces. Sempre foi assim. Nos séculos do domínio colonial os

lusitanos nos trataram como fizeram com os negros que caíram em suas mãos na África. Deixaram todos afundados na ignorância, como as maiores populações analfabetas da Terra. O Império trotou na mesma rota. D. Pedro II — tão simpático e caritativo — em meio século de mando monárquico só se preocupou em levantar grandes edifícios para institutos de amparo aos cegos, surdos, mudos e loucos.

A seus olhos, a educação popular não era visível. Via o povo como uma massa de negros escravos forros e de mulatos vadios que só serviam para queimar no trabalho e não necessitavam de nenhuma instrução. Nem a educação de elite interessou a ele. Naquela época em que as universidades se multiplicavam e renovavam no mundo inteiro ele não criou sequer uma escola superior.

Pioneiros — A República, comandada por conselheiros do Império, apenas falou eloquentemente de educação pela boca de Rui Barbosa. Não fez nada de significativo. Só com a Revolução de 30, surgiram os Pioneiros da Educação. Um movimento sério de crítica da precariedade do nosso sistema de ensino e de propostas concretas para sua renovação. Multiplicaram-se, então, pelos vários Estados os institutos de educação num esforço visível para melhorar a qualidade do professorado das escolas públicas.

A façanha maior se deu no Rio com a grande rede de escolas públicas e toda uma universidade voltada para a educação, levantadas por Anísio Teixeira. Novo desastre sobreveio em 35, na onda de erradicação do comunismo que fechou todas as escolas de Anísio. São Paulo e os Estados do Sul continuaram seus esforços discretos de instituir a educação popular, mas sua preocupação maior foi com o ensino superior.

Com a redemocratização, os educadores democráticos voltaram a in-

fluir e a construir. Sempre perseguidos pelo reacionarismo católico pré-João XXIII, que conseguiu por exemplo, na Lei de Diretrizes e Bases de 1961, acabar com os institutos estaduais de educação, liberando para a criação de escolas normais privadas. Foi um golpe mortal contra a qualificação do magistério.

O golpe militar de 1964 parece ter sido dado contra a educação, tal foi a fúria com que se lançou contra os estudantes e as universidades, sobretudo a de Brasília, que foi quase arrasada. Os 240 professores que levei para lá, os melhores que pude encontrar, sentiram-se tão humilhados e perseguidos pela ditadura que saíram em diáspora pelo mundo afora, procurando alguma universidade em que trabalhar. Esse fato constitui, sem dúvida, a pior perseguição que já se moveu contra a universidade no País.

Restaurada a democracia os educadores se reanimaram. Assumi o comando da educação no Rio de Janeiro, como primeiro educador que contou com total apoio de seu governador. Este era Leonel Brizola, cujos filhos haviam estudado em escolas de dia completo no Uruguai e, ao visitar o Japão para saber por que aquele país deu certo, ouviu dos japoneses que tudo começou com a escolaridade de todas as crianças no século passado.

Cieps — Fizemos no Rio obra assinalável nas linhas de Anísio. Edificamos 507 grandes escolas para ensino em tempo integral — os Centros Integrados de Educação Pública (Cieps) —, cada um deles capacitado a atender 700 crianças em turno diurno e 300 em curso noturno. Nelas formamos em nível superior, por treinamento em serviço, mais de 20 mil professores e trabalhadores da educação. Nos 343 Cieps regidos pelo Estado, matriculamos 330 mil alunos, de 1ª a 5ª série, em regime de tempo integral para eles e seus professores. Recolhemos aos Cieps, como alunos residentes, a cargo de pais sociais 5.500 crianças ameaça-

das de cair na delinquência. Criamos ainda um novo modelo de escola média, o ginásio público, que dava curso de 6ª a 8ª série do primário e as três séries do secundário para 52,8 mil alunos presenciais e 34 mil por ensino a distância. Criamos até uma universidade voltada para ciência e tecnologia do terceiro milênio.

Pois quase tudo isso foi derrocado pelo novo governo. Mandaram os alunos de volta para as escolas de turno, que comprovadamente não educam crianças oriundas de famílias que não tiveram escolaridade prévia. Puseram na rua quase todos os 5.000 alunos residentes e dispensaram o magistério, inclusive os primeiros tele-educadores que o Brasil conheceu. Um descabro para a educação. Uma violência com milhares de famílias que punham nos Cieps sua única esperança de educar os filhos.

Poderíamos relatar muitas outras violências contra a escola pública — a maior das invenções humanas, única capaz de integrar um povo na civilização letrada e permitir que ele desenvolvesse suas potencialidades. O fato inegável é que a educação brasileira é muito mais precária do que corresponderia ao nosso grau de desenvolvimento geral. Todos os países que deram certo resolveram seu problema educacional básico muito antes de alcançar o nível em que estamos. Em consequência somos um país de analfabetos, incapazes por isso de um desenvolvimento continuado. A criatividade inegável do nosso povo não se exerce em nível de cultura letrada, mas tão só na cultura vulgar de transmissão oral. O pior é que continuamos produzindo mais analfabetos que alfabetizados.

A transição da cultura oral para a escolinha antiga e desta para a escola moderna não se processa automaticamente na sociedade. Só é alcançada como resultado de uma vontade política, predisposta aos esforços e aos investimentos em que implica a universalização de uma escola de qualidade. Nos países anglo-saxônicos a generalização do ensino básico

se deu por uma motivação religiosa, que converteu todas as suas multíssimas igrejas em escolas, porque acreditavam que a forma mais alta de rezar era ler a Bíblia. Em outras áreas culturais a escola se expandiu como empreendimento público, motivado por uma preocupação com a cidadania e com a necessidade de que a cultura popular correspondesse aos requisitos de desenvolvimento técnico e científico da sociedade.

Urbanização — Nossa sociedade se modernizou, integrando na cultura letrada uma parcela ínfima de sua população, condenando o grosso dela, primeiro, à exclusão, depois, à marginalidade. Agravadas ao extremo por força de um processo transformativo de importância radical representado pela urbanização caótica. Ela lançou sobre as cidades a imensa maioria da população rural de cultura rústica, transmitida oralmente de pais a filhos, engrossando as massas urbanas de antiga extração que tinham sido também excluídas da cultura moderna, porque nunca foram escolarizadas. A escola sempre lhes foi vedada. Só se tornou, de fato, acessível através das escolas de turnos: dois, três, quatro, incapazes de alfabetizar a população e, menos ainda, de educá-la.

Ainda que haja uma correspondência inegável entre a modernidade da sociedade industrializada e a escolarização em massa da sua população, uma não produz a outra, necessariamente. A escola, por si só, não produz o desenvolvimento industrial, nem ele universaliza automaticamente a escola. Só o interesse racional da sociedade e da cultura faz corresponder uma à outra. Nós somos um caso teratológico de desenvolvimento industrial e de modernização de uma parcela ponderável da sociedade, coetânea com uma imensa massa circundante condenada ao analfabetismo, à penúria e à marginalidade.

Com efeito, o grau de progresso alcançado por nossa sociedade levou apenas um quarto da população à vida civilizada de comunicação letrada, de produção e de consumo. Toda a imensa maioria foi excluída, o que

permite afirmar que, estatisticamente, no Brasil, marginal é o núcleo letrado. O mais grave é que nossa sociedade está estruturada de forma tão desigualitária que aquela minoria modernizada e a grande massa arcaica se reproduzem em linhas paralelas, mantendo suas características de desenvolvimento e de atraso. O trânsito de uma para outra é um fluxo tão irrelevante que não permite esperar que a sociedade se homogenize em qualquer tempo previsível.

São Paulo e Rio, por exemplo, são sociedades exemplarmente modernas e avançadas em seu núcleo próspero, mas estão cercadas por uma muralha de atraso, que é a periferia de pobreza e atraso, que cresce cada vez mais, e cada vez mais se afunda na delinquência e na violência. Seus sistemas escolares produzem mais analfabetos que alfabetizados, uma vez que metade das crianças sai da escola sem completar a quarta série primária, que é o mínimo para que se alfabetizem, com capacidade para escrever uma carta, ler um anúncio de jornal ou fazer uma conta.

A predisposição da elite brasileira é para multiplicar a escola precaríssima que aí está. Multiplicação perfeitamente dispensável, uma vez que a escolarização geral já foi alcançada, pois 90% das crianças ingressam em nossas escolas. A tarefa que a História nos impõe é renovar radicalmente todo o sistema escolar público, para que ele atenda às necessidades específicas de seu alunado, oriundo das camadas mais pobres, sem escolaridade prévia. Para tanto é indispensável no Brasil, como o foi em todo mundo, uma escola em tempo integral, acabando com essa perversão brasileira que é a escola de turnos.

Todas essas questões estão em pauta no Congresso Nacional na forma de um novo projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Depois de oito anos de debate, ele alcançou no Senado uma formulação que expressa o descontentamento do Brasil com a educação que tem e traça linhas para sua renovação.

■ Darcy Ribeiro é senador (PDT-RJ) e ex-secretário de Educação do Rio de Janeiro



**SOMOS
UM PAÍS
DE
ANALFABETOS**

**SÓ 25% DA
POPULAÇÃO
TEM VIDA
CIVILIZADA**

**SÃO PAULO E
RIO ESTÃO
CERCADAS
PELO ATRASO**